

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 16 DE AGOSTO DE 1995

*Senhor Ministro de Estado da Marinha, Almirante Mauro César Rodrigues Pereira; Senhor Ministro de Estado do Exército, General Zenildo Gonzaga Lucena; Senhor Ministro de Estado da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra; Senhores Ministros de Estado; Senhores Paraninfos; Senhores Oficiais-Generais; Senhoras; Senhoras,*

Ao dirigir-me, em abril, aos primeiros almirantes, generais e brigadeiros promovidos por mim, apontei-lhes quatro áreas de emprego da expressão militar do poder brasileiro, nas quais as Forças Armadas devem estar em condições de responder perante a Nação, a saber: a manutenção da integridade do território e dos poderes constitucionais; a participação, no exterior, em operações de paz, como tropa ou como observadores; a realização de ações complementares no quadro da política governamental; e o apoio episódico às atividades de segurança pública.

Hoje, quando recebo a apresentação deste novo grupo, não só mantenho a diretriz, como o faço com a certeza, cada vez maior, de que as instituições militares que comando dispõem de recursos humanos à altura da expectativa da sociedade nacional, os quais, ostentando ou-

tros requisitos de representatividade, são também uma amostragem da nossa tolerância racial, étnica e religiosa.

São homens e mulheres que, a despeito das restrições materiais impostas por uma conjuntura adversa – longa, mas espero que em fase terminal –, mantêm incólumes a vocação, a obsessão pelo preparo profissional próprio e dos subordinados e o zelo com o patrimônio sob responsabilidade de suas organizações. São, enfim, a contrapartida da dificuldade temporária do Estado para prover todos os meios necessários, limitando-os aos possíveis.

O Presidente da República sabe – como muitos dos senhores o sabem, e mais, talvez, com o tormento cotidiano das múltiplas questões que chegam à sua mesa de trabalho – das dificuldades pelas quais as Forças Armadas passam, assim como alguns outros setores do Estado brasileiro; e tem a sensibilidade necessária para, com a ajuda dos Senhores Ministros, dentro das restrições que o momento impõe, atender, o quanto possível, às justas reivindicações, tanto no plano do equipamento quanto no plano do pessoal. Dentro dessas limitações, o Presidente continuará a usar o máximo empenho para atendê-las. E é bom que se diga neste momento: como me referi há pouco, espera-se que essas restrições sejam aliviadas pelo crescimento econômico e por uma participação mais correta das partes relativas aos impostos no conjunto da riqueza nacional, para que nós possamos ter um futuro menos restritivo do que tem sido a nossa experiência até agora.

Quero reafirmar, neste momento, que o Presidente da República e seus Ministros têm a plena consciência das suas responsabilidades nessa matéria; que, muitas vezes, o que se diz que foi uma decisão do Governo ou do Presidente não corresponde ao que ela efetivamente foi; e que o Presidente tem zelo, que a Constituição impõe, na condução dos negócios públicos e, sobretudo, na defesa do Tesouro Nacional. Podem estar os senhores tranquilos que, a despeito do que possa ser insinuado ou dito, nenhum tostão do Tesouro Nacional será utilizado para tapar buracos indevidamente abertos por pessoas irresponsáveis, que geriram seus negócios particulares de uma maneira que não correspondeu à confiança que a sociedade neles depositou.

Não há esse risco. O Governo agirá com o rigor necessário. Veja-se um episódio recente, que nós estamos vivendo: as interpretações no sentido de que o Governo se dispõe a, irresponsavelmente, antecipar recursos a terceiros para solver situações eventuais que podem não ter solvência não correspondem ao que o Presidente da República disse nem aos compromissos que assumiu.

Mas, voltando ao nosso texto e àquilo que nos traz aqui nesta manhã, eu queria dizer que não é outra a razão destas minhas palavras, senão a qualidade do pessoal para o alto estado disciplinar e de adestramento; a conservação dos quartéis, navios, aviões e equipamentos, apesar da longevidade; e a conduta exemplar, individual e coletiva, em momentos sensíveis, durante o enraizar da plenitude democrática nos anos recentes.

Isso eu digo com toda a tranqüilidade, porque tenho estado em contato, não diria permanente, mas muito freqüente, com os Ministros e com as unidades militares, para ver de perto, com orgulho, a dedicação, o trabalho, a disciplina e aquilo que, a meu ver, é marca de país efetivamente desenvolvido, que é a conservação. Não se trata, pura e simplesmente, de ter algo novo. O algo novo, às vezes, é fácil, por um empréstimo ou por um recurso adicional que se tenha.

Mas o que marca um país desenvolvido é o zelo na manutenção dos equipamentos, é a capacidade de, sabendo que um equipamento é precioso, não substituí-lo, de repente, só porque apareceu uma novidade, mas adaptá-lo. Isso eu tenho visto nos navios da Marinha, nos quais tenho viajado; nos aviões da Aeronáutica, nos quais tenho voado; nos contatos e nas visitas que fiz – e ainda amanhã farei – às forças do Exército Nacional. Por toda parte, o que se vê é um empenho muito grande em manter, de forma adequada, o funcionamento não só da instituição, mas também, dos equipamentos, a despeito de todas as dificuldades.

Quando aqui me refiro ao enraizamento democrático, quem o diz é alguém que sempre esteve ao lado da democracia e que, hoje, reconhece, com toda a tranqüilidade, que as Forças Armadas têm sido um fator essencial para esse enraizamento, no Brasil e em todas as decisões do Governo da República. E o Governo não terá limitação em tomar decisões que lhe pareçam corretas, que vão estar sempre emolduradas pela

convicção de que as nossas Forças Armadas, hoje, têm um apego à democracia que corresponde àquilo que é o sentimento do nosso povo.

É bem verdade que as características do povo brasileiro permitem um afloramento de atributos favoráveis a esse perfil. Todavia, o fator que faz esse potencial concretizar-se é a chefia. Os senhores a vêm exercendo, há mais de três, quatro décadas e têm grande parcela de participação no que eu acabo de destacar.

Por isso, a Nação investe nos senhores, promovendo-os. Investe com o pensamento voltado para o que podem produzir para o futuro das Forças Armadas.

Essa perspectiva tem, pois, uma base concreta – a sua vida militar; e transforma o ascenso em renovação, pela delegação – da sociedade ao seu braço armado – da responsabilidade pela sua defesa e de suas instituições.

Um aspecto, todavia, diferencia o novo trato: com ele, o Estado seleciona, individualizando-os como Oficiais-Generais da Nação, seja nos que ascendem ao Generalato, seja nos que nele se encontram há mais tempo.

Nos senhores repousa a confiança do País de que as Forças Armadas têm consciência do significado daquela delegação e se preparam, permanentemente, para atendê-la. Essa preparação envolve não apenas o domínio da arte militar; requer, também, a sintonia perfeita com os valores e aspirações da sociedade nacional, os permanentes e os mutáveis. Cito-lhes alguns, afins daquelas quatro áreas da diretriz já mencionada: democracia, soberania, liberdade, paz, segurança, meio ambiente, desenvolvimento social. Eles são os canais por onde devem fluir o pensamento e o sentimento nacionais para o interior dos processos decisórios, assegurando a identidade das Forças Armadas com a Nação e validando a ampla representatividade social de seu pessoal.

Cumprimento-os, Senhores Almirantes, Senhores Generais, Senhores Brigadeiros, por fazerem parte do nível hierárquico responsável pela compatibilização da atividade militar com os anelos nacionais.

Finalmente, eu os saúdo e às dignas famílias pela promoção que hoje comemoramos. Sejam felizes.

Muito obrigado.